

PEDAGOGIA PARA ENVOLVIMENTOS MAIS SUSTENTÁVEIS: O AMAZONIZAR PÓS-PANDEMIA

Lindon Johnson Pontes Portela¹

Resumo: O objetivo deste estudo é o de realizar um debate no campo crítico-reflexivo e também propositivo para uma pedagogia em diferentes campos no sentido de possibilitar convivências e envolvimento sustentáveis entre o ser humano e natureza no pós-pandemia, em amazonizar as relações econômicas, educacionais e políticas, usando como esteio os conhecimentos produzidos na Amazônia para sua própria sobrevivência, na busca de práticas de preservação autossustentada que garanta alimento e trabalho.

Palavras-chave: Amazônia; Educação; Economia; Sustentabilidade; Interdisciplinaridade.

Abstract: The aim of this study is to conduct a debate in the critical-reflective and also propositional field for pedagogy in different fields in order to enable sustainable coexistence and involvement between human beings and nature in the post-pandemic, to amazonize economic, educational relations and policies, using knowledge produced in the Amazon as a base for their own survival, in the search for self-sustained preservation practices that guarantee food and work.

Keywords: Amazon; Education; Economy; Sustainability; Interdisciplinarity.

¹ Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA. E-mail: lindon.johnson.narutero@gmail.com

Introdução

A Amazônia é marcada por dinâmicas naturais, sociais únicas, porém, também é caracterizada por seus conflitos socioambientais, pela ambição, ou seja, pela busca de instrumentalizar seus recursos, principalmente nos setores da economia, envolvendo o público e o privado, gerando impactos na vida das populações tradicionais, isto é, povos das florestas, do campo e dos rios, que tem uma forma de pensar e de se relacionar com natureza distinta, assim como, nos centros periurbanos. Nesse sentido, a natureza é interconectada, assim como o social. Estes conflitos, geralmente armados, mancham de sangue dos oprimidos a terra amazônica (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Mesmo durante a pandemia que fez várias economias estagnarem, na Amazônia a destruição não sucumbiu, pelo contrário, mesmo após a chegada do vírus na mesma, principalmente nas grandes cidades, contaminando até as comunidades tradicionais. A destruição da natureza se acentuou no período de isolamento social, mais terras desmatadas, mais corpos d'água contaminados por essas atividades predatórias. Nesta problemática a Amazônia pode ser num dado futuro o próximo epicentro de uma nova doença, tão pior quanto o coronavírus (MARQUES, 2020).

Nesse sentido, é preciso propor reflexões sobre o cenário posto, e ir mais adiante, sendo também propositivo, isto é, trazer ações práticas e tangíveis para a construção de mudanças, por meio de pesquisa bibliográfica e documental, portanto, o objetivo deste estudo é o de realizar um debate no campo teórico e prático para uma pedagogia de convivências mais sustentáveis entre o ser humano e a natureza no pós-pandemia, em amazonizar as relações econômicas, educacionais e políticas, usando como esteio os conhecimentos produzidos na Amazônia para sua própria sobrevivência.

O ponto de partida do artigo é o de contextualizar as configurações na Amazônia, em sua história e seu modelo de desenvolvimento no passado e presente, principalmente no que tange o isolamento social e *lockdown*, porque não há como avançar num futuro melhor sem analisar os erros do passado e presente. O segundo tema propositivo é sobre a cooperação entre saberes científicos e tradicionais, pensando sobre como usar a produção científica dentro da Amazônia, da mesma forma é a importância dos conhecimentos culturais acumulados por gerações, na tentativa de caminharem para um envolvimento na Amazônia, além de ponderar sobre os arranjos políticos.

O terceiro é a busca do envolver a Amazônia, não no (des)envolver, sim na busca de formas de renda menos degradantes de modo socioambiental, mas também na qualidade de vida, pautada na teoria e prática do bem viver. O último aspecto tem como base a proposta de interdisciplinarizar o modelo econômico, de modo multifacetário na e para os amazônidas, propondo formas de cultivos, de geração de energia em respeito ao meio ambiente, porém que possa gerar emprego e renda para seus habitantes.

É preciso conhecer para envolver: linha tênue entre o passado e o presente no isolamento social na Amazônia

A Amazônia foi no passado “um lugar com um bom estoque de índios” para servirem de escravos, no dizer dos cronistas da época; uma fonte de lucros no período das “drogas do sertão”, enriquecendo a Metrópole; ou ainda a maior produtora e exportadora de borracha, tornando-se uma das regiões mais rentáveis do mundo, numa certa fase. Na Segunda Guerra Mundial, fez um monumental esforço para produzir borracha para as tropas e equipamentos dos Aliados (LOUREIRO, 2002, P. 107).

Partindo deste princípio, a Amazônia é conceituada como economicamente rentável desde os primórdios das relações coloniais/eurocêntricas, visto sua abundância ambiental, gerando ganâncias que prejudicaram os povos nelas existentes e que ainda residem nela, sendo a Amazônia vítima de seu próprio brilho natural. O contexto amazônico é de acordo com sua própria história um espaço recheado de perdas e danos no modo do homem capitalista se relaciona com a mesma.

Muitas das pesquisas científicas nos últimos anos tentam desmistificar os preconceitos e equívocos sobre a homogeneidade amazônica, trazendo ao debate que sua superabundância natural é frágil, não existindo uma Amazônia, porém, uma variedade de biomas interconectados, assim, a heterogeneidade é o correto quando se pensar em sua sociobiodiversidade. A Amazônia brasileira é distinta entre si, da mesma forma é a peruana, andina e assim por diante, não apenas na fauna, mas também em sua sociedade, ou seja, com multiculturas, seja ela tradicional ou urbana (BECKER, 2005; VASCONCELOS; FREITAS, 2012).

Como afirma Becker (1999), a região Amazônica sempre foi idealizada nos planejamentos políticos de todos os governos existentes no Brasil, como uma barreira do progresso regional e nacional, desta maneira, foi pensando um modelo desenvolvimentista pautado na degradação da natureza, visto que a floresta é sinônimo de atraso e estagnação econômica, portanto, destruir a fauna, flora e seus povos é uma ação política do estado brasileiro.

Desta forma, as disputas pelo poder na região trouxeram consigo fronteiras fictícias, dividindo politicamente a Amazônia em nove regiões, cada uma com soberanias diferentes, assim, cada país trata de forma distinta “sua” Amazônia, o resultado disso são muitas políticas contraditórias entre si, que conversam apenas com o progresso neoliberal (SBPC, 2007).

São nestes pontos sobre o contexto amazônico que Castro (2003, p. 125), alerta sobre sua biodiversidade e cultura pois,

a Amazônia tem sido considerada de natureza multicultural, biológica e socialmente diversificada. Entretanto, a mesma região também se constitui cenário de muitos conflitos socioambientais. Nesse contexto, ela tem sido tema de assuntos mundializados e polêmicos

Todavia, Loureiro (2002, p. 108), menciona que “*se a Amazônia tem gerado riqueza, a riqueza não se vê nem se fixa nela (...)*”, visto que mesmo com índices de crescimento econômico e populacional, a renda per capita por habitante é irrisória em comparação as margens de lucro das grandes empresas, pois, há uma grande concentração de renda nas empresas, principalmente as multinacionais, o retorno do lucro é para seus país de origem, ainda nota-se que toda destruição na Amazônia é planejada para um único fim, o lucro (LIRA; SILVA; PINTO, 2009).

Assim, o arco de fogo das queimadas/desmatamento tem dois atores principais, entretanto, relacionados em si, são eles: a Pecuária e a Soja, que se expandiram do centro ao norte do Brasil. A criação de gado em grandes pastos desmatados abriu margem para o comércio de grãos para exportação principalmente, o farelo de soja, sendo o ingrediente principal na criação de animais, como o gado, porcos, aves e outros, os impactos do agronegócio é tanto ambiental pela degradação e social pelo deslocamento populacional pela expansão das fronteiras agrícolas (DOMINGUES; BERMAN, 2012).

Outro modelo que predomina é a construção de usinas hidrelétricas, sendo o aproveitamento energético dos rios para a geração de energia, com grandes consequências socioambientais, entrado em choque com comunidades tradicionais e movimentos sociais, devastando fauna e flora aquática para geração de energia que é enviada predominantemente para o sudeste brasileiro ou para mineradoras na região, pois, na Amazônia há uma péssima distribuição de energia, assim como, custoso seja no campo ou na cidade (HERNANDEZ, 2012).

Ponderando sobre a mineração, ela pode ser dividida de duas formas, a mineração legal e a ilegal. A ilegal é basicamente a exploração do ouro na região de forma “desorganizada” de um ponto de vista industrial, porém, sua forma de produção passou do mais tradicional ao uso de tecnologias como a dragagem dos leitos dos rios a procura de ouro, as duas geram impactos socioambientais de formas diferentes, mas ambas estão pouco a pouco consumindo a terra e as águas subterrâneas (FACHIN, 2019; WANDERLEY, 2012).

A mineração legal, é concebida através de projetos de mineração articulados por acordos políticos pelo Estado para desenvolver a Amazônia, estimulando sua exploração por empresas multinacionais concedendo privilégios fiscais, com baixos impostos, e com poucos aumentos durante os anos pela

tonelada de minério, o estado deixa de arrecadar impostos que poderiam ser investidos em educação e saúde pública (WANDERLEY, 2012).

Nesse ponto, indo para um debate mais atual entre saúde e economia, entra-se na pandemia de COVID-19, sendo uma das estratégias usadas para combater o vírus é o isolamento social, ou seja, restrições de contatos sociais para estancar a curva de crescimento dos infectados buscando controle numa crise de saúde no sistema público. No entanto, estas restrições sociais entraram em conflito direto com a economia, a ideia dos críticos ao isolamento é flexibilizar o isolamento, por motivos de que os impactos econômicos do isolamento são maiores do que os seus benefícios em termos de saúde pública (FERRARI; CUNHA, 2020).

Nota-se que o isolamento social, principalmente na Europa, provocou mudanças no ambiente, com as cidades paradas (indústria, comércio e outros), e sem uso dos carros e o fluxo quase zero de pessoas, observou-se o reaparecimento de animais silvestres nas ruas, o ar mais limpo pela pouca queima de combustíveis, rios, lagos e costas marítimas mais limpos visualmente (SCORSIN, 2020).

Diferentemente, na Amazônia mesmo com a recomendação do isolamento social os índices de desmatamento aumentaram em 29,9% em março de 2020, mesmo com a recomendação não houve adesão nas regiões mais distantes, sem fiscalização e com o discurso contra a proteção ambiental, houve um crescimento da grilagem para retirada da madeira e sucessivamente venda dos terrenos para a pecuária ou plantio de soja. Segundo a matéria, o estado do Pará foi o maior desmatado com 122 km², conectado a expansão da agropecuária e escoamento da produção, contudo, mesmo com recomendações de saúde, não houve estagnação na infraestrutura da exploração (IPAM, 2020).

Ainda sobre o agronegócio, mesmo com a pandemia e o isolamento social no Brasil o crescimento do PIB da agropecuária será de 2,4 % neste ano, com safra recorde, em vista do relaxamento das restrições de isolamento impostas no combate do COVID-19 a China volta a comprar com toda força, o país é o maior parceiro comercial do Brasil, mesmo com a crise o agronegócio mecanizado permanece forte, assim como a criação animal, mais adequada as mudanças alimentares dos chineses (ADAMI, 2020).

Como denunciado por indígenas mesmo na pandemia cresceu o número de garimpos ilegais na Amazônia, em terras indígenas ou em unidades de conservação, percebe-se um número maior de garimpeiros nas matas, se aproveitando da atenção dedicada à pandemia e do confinamento decretado em muitas regiões do país para intensificar suas atividades ilegais, sendo também um grande risco de contaminação aos indígenas e outros povos tradicionais, já abandonados pelo estado no âmbito de saúde pública (GÁMEZ, 2020).

Como visto, estas atividades legais ou ilegais se intensificaram na Amazônia mesmo durante a pandemia, recomendações de isolamento social e decretos de *lockdown*, não conseguem frear a devastação por parte de setores

como agronegócio, pecuária e garimpo ilegal, usando como tática o discurso de ódio, negacionismo da atual condição de saúde e a não fiscalização de suas atividades.

Cooperação entre saberes científicos, tradicionais e poderes políticos na Amazônia

Na concepção de Aragón (2015), menciona que os países Amazônidas são marcados por manterem as desigualdades sociais, regionais, de gênero, econômicas e educacionais, visto que as chances se concentram nas regiões mais desenvolvidas, isto é, nas grandes cidades; a riqueza se reúne em poucos indivíduos; os benefícios da ciência, educação básica e superior alcançam poucos que estão fora desta bolha de privilégios.

Ainda para o autor,

o acesso ao conhecimento produzido é regionalmente desigual e muitas vezes disponível somente em línguas estrangeiras. Diversos projetos de ensino e pesquisa tratam de temas de interesse de países desenvolvidos, enquanto temas de interesse dos países ou regiões menos desenvolvidas são postos em segundo plano (ARAGÓN, 2015, P. 7).

Portanto, é reconhecível que o conhecimento se tornou um importante instrumento de dominação, como um produto rentável ao poder econômico na manutenção das desigualdades. O segredo para a retomada é que este domínio do conhecimento científico retorne ao povo, que o oprimido se volte contra o opressor, nos moldes educacionais, para uma construção de uma universidade Amazônida, onde suas riquezas naturais sejam usadas de modo sábio (MELLO, 2007).

Santos (2012), chama a atenção sobre os riscos de cobiça internacional dos países ricos ao descobrir as riquezas naturais de países pobres. O mito da abundância natural sem fim, tem um discurso tão convincente que dita o padrão de desenvolvimento/destruição na região, para o autor o risco desse discurso são: desenvolver o PIB ao invés de um desenvolvimento social; corrupção generalizada da classe política; aumento em vez de redução da pobreza; polarização crescente entre uma pequena minoria muito rico e uma imensa maioria de indigentes e destruição socioambiental em nome da economia.

Tornar-se explícito a relevância da educação como forma de desenvolvimento social para a melhoria do bem-estar humano, pois todos os países desenvolvidos investem muito em educação em todos os níveis de ensino, em ciência e tecnologia, ela deve ser encarada como solução de problemas não como um “fardo” para a economia, tendo como política de estado investir na ciência (DIAS; PINTO, 2019).

Nos países da Amazônia, as relações de intercâmbios entre ciências e políticas são raras, não havendo uma unidade política de atuação da Pan-Amazônia, existindo somente iniciativas nacionais, mas sem o envolvimento de cooperação ou de responsabilização entre os países vizinhos. No âmbito da ciência nota-se tímidas tentativas, especialmente entre universidades, pelo Tratado de Cooperação Amazônica, adotam discussões sobre desenvolvimento sustentável e realização de experiências positivas. Em contrapartida, a maioria das autoridades políticas usam o discurso sustentável na teoria, continuando a praticar o desenvolvimento convencional, sem as consequências de impactos sociais e ambientais (DOUROJEANNI, 1998; SBPC, 2007).

Na compreensão de Mello (2007), pouco poderá fazer a ciência produzindo conhecimento pertinente e relevante para a Amazônia se as escolhas políticas não forem corretas, pois como argumenta:

Sem o conhecimento científico, investido na densidade requerida; sem as cadeias produtivas que, por ele orientadas, geram e agregam valor – portanto, sem universidade! –, os recursos naturais não se transformam em riqueza efetiva; não há desenvolvimento socioeconômico auto-sustentado; não há progresso humano. Sem o conhecimento aplicado reproduz-se o atraso. Não há defesa possível da região contra a biopirataria. Não há inclusão social. Não há redução das desigualdades inter-regionais – que vergonhosamente ainda se perpetuam no Brasil, apesar da proclamação da República (MELLO, 2007, P. 127).

Não sendo possível, nesse sentido, implantar projetos nacionais de envolvimento social equitativo na Amazônia sem contar com a cooperação internacional entre as regiões amazônicas. Tanto na ciência como em aspectos políticos, porém, para isso acontecer, é necessária uma organização forte, que estimule a união e a integração regional e que realize marcos regulatórios de atuação que gerem sinergia entre os diversos territórios amazônicos em vez de prejuízos, pois os fenômenos ambientais não respeitam fronteiras (RODRIGUEZ ACHUNG, 2007).

Estas cooperações poderiam reter os profissionais e pesquisadores altamente competentes, visto a geração de programas de mobilidade acadêmica entre os próprios países amazônicos, fortalecendo o sistema de educação, ciência e inovação instalado na região, ampliando os esforços anteriores de formas mais palpáveis e significativas, sendo estas práticas de investimento científico fundamental para desenvolver de modo sustentável as Amazônias, evitando a biopirataria de pesquisas científicas de muitas universidades fora do contexto sul-sul (ARAGÓN, 2005).

É importante destacar que muitas descobertas científicas são fundamentadas em conhecimentos tradicionais acumulados por várias gerações, por isso a necessidade de cooperação entre ciências (formal e tácita). Diversos

cientistas admitem, por exemplo, que para se acelerar o conhecimento científico da enorme biodiversidade da Amazônia será necessário contar com a ajuda dos povos da Amazônia, profundos conhecedores das florestas e rios. Sendo relevante que estes povos ocupem lugares dentro da academia, na graduação e pós-graduação nas universidades, juntando o tradicional e o científico num elo pelo bem comum (SBPC, 2007).

O sentido das ações é a busca pela interdisciplinaridade na Amazônia, podendo ser conceituada como as relações entre ramos científicos para o aprofundamento e conhecimento, no sentido de junção com respeito mútuo entre o tradicional e o tecnológico (urbano e floresta), de juntar forças para envolver a Amazônia num novo pensar e agir entre povos (VASCONCELOS; FREITAS, 2012).

O pensar dentro da Amazônia, seja ele de origem tradicional ou científico, é necessário se relacionarem na busca de ações sustentáveis, na criação de uma consciência ambiental, na promoção de um novo saber sobre o meio ambiente, com educações ambientais não apenas no campo teórico, mas prático, na busca de mais envolvimento social, político, ou seja, democrático, será nestas relações e cooperações onde de fato acontecerá as mudanças socioambientais necessárias (LEFF, 2012).

A reinvenção da Amazônia, como sociedade e como civilização, mais do que um desafio acadêmico, é um desafio político; um projeto que, mais do que informação e conhecimento, requer sabedoria. Daí a universidade para esse processo numa ação de inclusão educacional acima de tudo (SBPC, 2007).

Desenvolvimento com envolvimento: o bem viver e economia solidária Amazônica

Existem um árduo debate sobre o conceito de desenvolvimento, principalmente, na distinção entre crescimento econômico, mas na prática, elas não são excludentes, pelo contrário, seus conceitos se complementam, já que, o desenvolvimento resulta em crescimento econômico acompanhado da qualidade de vida, ou seja, na forma de melhorar os indicadores de bem-estar social e econômico, indicadores que medem restritamente a renda (OLIVEIRA, 2002).

Nessa perspectiva, para Singer (2004, p. 10), pondera que o desenvolvimento capitalista,

baseia-se na propriedade privada do capital, da qual o grosso do povo trabalhador está excluído. Se não estivesse, não se sujeitaria, provavelmente, a trabalhar como assalariado e, pior ainda, a permanecer desempregado. O modo de produção capitalista divide a sociedade, em que predomina, em duas classes (além de outras) antagônicas: os proprietários do capital e os seus empregados. São os primeiros que mandam em suas empresas e, por isso, conduzem o desenvolvimento de acordo com os seus interesses.

Assim, é importante lembrar as ações do governo federal em regularizar terras públicas desmatadas ilegalmente até 2018 pela MP (Medida Provisória) 910, popularmente conhecida como “MP da grilagem”, assim, os desmatadores passaram a serem donos de fato dessas áreas. A medida já foi assinada pelo presidente, mas precisa passar por votação no Congresso Nacional. A iniciativa foi apresentada pelo governo em um momento em que a Amazônia apresenta os maiores índices de desmatamento da última década (FALLET, 2020).

Para Filho (2017), na Amazônia o desenvolvimento é baseado num modelo predador no sistema de acumulação primitiva, centrado nos recursos naturais e mão de obra barata, a fado dos discursos da floresta sem fim, pressionando ainda mais a expansão do capital, de tal forma que hoje a qualidade de vida é entendida somente como recursos financeiros para se viver bem precisa-se desenvolver economicamente a qualquer custo, até a última árvore e corpo d’água.

O conceito de qualidade de vida nascido no mundo pós-guerra sempre foi vinculado a seguridade financeira, porém, ao passar do tempo seu conceito foi ficando mais maduro, sendo contemplado também o sentido de saúde. Na atualidade a qualidade de vida pode ser conceituada numa visão holística da vida, como um grau de satisfação/bem-estar geral em aspectos subjetivos (psicológicos), objetivos (físicos) e de interações sociais, sendo o financeiro um dos aspectos, mas não o determinante. No entanto no campo prático a qualidade de vida ainda é mensurada não pela satisfação pessoal e coletiva, sim tendo alicerce o PIB (Produto Interno Bruto) do país (CANTÚ-MARTÍNEZ, 2015).

A economia também foi ao encontro de novas bases conceituais, um exemplo disso é o desenvolvimento solidário, isto é, uma forma de envolver pautada em novas formas de relações com o mercado, que contraponha a lógica capitalista, principalmente do individualismo empresarial e da concorrência marcada como forma de gerenciar negócios. O sentido deste envolvimento solidário é uma visão dentro do capital social, ou seja, nas relações sociais de proximidades de pequenos trabalhadores no reconhecimento mútuo destes (SINGER, 2004).

Daí surge a Economia Solidária, trazendo consigo uma forma de reflexão acerca do desenvolvimento econômico e da dinâmica econômica histórica sob o capitalismo. As crises geradas pelas mudanças estruturais que fragilizaram o modelo tradicional (pobreza e devastação ambiental), abriram espaço para o surgimento e avanço de novas formas de organização do trabalho, surgem assim novas experiências coletivas de trabalho sob formas de cooperativas, associações, clubes de troca, redes de cooperação, entre outras (CHAVES; PINTO, 2007).

A economia solidária é alternativa de envolvimento regional, como expõe Pochmann (2004), que ao longo do país existem diversos empreendimentos econômicos solidários e são definidos como nova configuração de produção e distribuição, grupos coletivos que organizados de forma democrática

congregando trabalhadores e trabalhadoras marginalizados pelo mercado capitalista tradicional, seja pelo seu gênero, raça, etnia, idade ou qualificação profissional, sendo associados de forma política de fazer uma outra economia, a includente.

Conforme o documento final da II Conferência Nacional de Economia Solidária, realizada em 2010:

A economia solidária tem origens remotas na história das sociedades humanas. Ela está intimamente relacionada à luta pela autodeterminação dos povos, ao reconhecimento do conceito de bem-viver e se expressa cotidianamente nas lutas dos povos e comunidades tradicionais contra a mercantilização da vida, em favor dos bens comuns, da gestão comunitária e da reciprocidade. (CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2, 2010, p. 10)

Nota-se que a economia solidária tem aproximações com múltiplos movimentos sociais pela defesa da igualdade, democracia e sustentabilidade, visto suas relações menos degradante tanto ambiental quanto social, entrelaçada com conhecimentos tradicionais.

Dessa forma, os conceitos indígenas *Sumak Kamsay* e *Suma Qamanã*, traduzido por Bem Viver ou Viver bem, porém, sendo melhor traduzido como “Bem Conviver”, em vista de uma condição que se faz sentido feito pelo coletivo, trazendo em voga valores culturais tradicionais numa maneira sustentável de conviver com a natureza (MERINO, 2013).

Não se pode confundir o bem viver com “desenvolvimento sustentável”, visto que cada vez mais o termo desenvolvimento sustentável está mais próximo da economia verde, maquiando suas ações predatórias, deixando o capitalismo mais aceitável, principalmente nos aspectos Amazônicos. Em contrapartida, o bem viver está associado ao que se pode chamar de um modo de atitude, comportamento ecológico e filósofo (RAUBER, 2010).

É inegável o empenho da economia solidária em distinguir e reconhecer suas afinidades com o bem viver, numa sociedade estratificada e tão inerte em aspectos do crescimento. De tal modo, o bem viver trata-se de um projeto anticapitalista, pois articula com muitas visões e práticas em nossa realidade, sendo ele o sustento para outras alternativas. O bem viver não é somente uma utopia para o futuro, sim uma forma de viver no presente, de forma mais harmoniosa com sujeitos diferentes (povos tradicionais, movimentos ambientalistas, feministas e outros), sem individualidade, muito menos ganância econômica, numa cosmovisão por uma economia para vida (GARCIA, 2012).

A ideia de qualidade de vida ocorrida pelo bem viver não pode ser confundida com a de bem-estar, para ela a possibilidade de viver melhor só ocorre em detrimento quando o outro passa a viver pior, seguindo a lógica

capitalista. Ao contrário disso, o bem viver é alicerçado na vida em comunidades e no valor à natureza não apenas como recurso, mas como sujeito de direitos (ARKONADA, 2010).

O bem viver na Amazônia já é reconhecido na constituição na Bolívia e Equador, como um projeto político para uma vida comum, vida em solidariedade, com redes de iniciativas de políticas públicas alternativas numa militância, na satisfação de viver com menos, retirando o “espírito” consumista propagado pelo grande capital na região (ACOSTA, 2010).

Na contramão disso, o Brasil pouco tem avançado no que tange a economia solidária pela burocracia política que dificulta sua regulamentação, no mesmo modo, os poucos incentivos de investimento público no setor. A reflexão que se faz é como o governo apoiar duas formas distintas de desenvolvimento, voltados para o crescimento econômico e outro no social (BRASIL; BRASIL, 2013).

Na Amazônia os poucos esforços pelo bem viver estão mais associados a Organizações da Sociedade Civil – OSC, que buscam práticas pautadas no desenvolvimento solidário, do mesmo modo, comunidades tradicionais, sendo a maioria indígenas, assim como, movimentos sociais estão neste debate em práticas em junção com a economia solidária para a continuidade de seu modo de vida. O ponto principal na discussão do bem viver na Amazônia é como por limite no crescimento econômico, que destroem vidas humanas e a natureza (CALEGARE *et al.*, 2014).

Por uma interdisciplinaridade econômica para uma floresta viva e autossustentada

De acordo com Neves (2016), é preciso pensar a economia na mesma dinâmica das relações sociais que se alteram cotidianamente, contudo, nos aspectos econômicos é relevante seguir os preceitos interdisciplinares, sendo uma forma multifacetada de execuções e iniciativas que geram rendas, mas que se afasta do conceito dos conglomerados empresariais, esta perspectiva interdisciplinar é alocar uma variedade de formas de realizar a economia. Um quesito importante no ponto econômico é a manutenção primordial do mercado interno e o regional como esteio forte interdisciplinar.

Na análise de Nobre (2012), o aquecimento global afetará a agricultura brasileira, ainda mais cedo se a destruição da Amazônia continuar, pode-se destacar três afeitos mais diretos. O primeiro é a elevação da temperatura média, inviabilizando a agricultura na maior parte do país. O segundo está vinculada as constantes mudanças climáticas, com ondas de calor, secas, chuvas intensas, inundações e outros. O último é associado a concentração de CO₂ na atmosfera impactando a fertilização das plantas.

Percebe-se a importância da Amazônia no cenário posto, sendo também relevante ainda falar da fragilidade da mesma frente a grandes impactos

ambientais, a sobrevivência está no equilíbrio entre elementos primordiais para sua vida que é a articulação do sistema: chuva-floresta-solo-floresta-chuva, pois os solos são pobres, rasos e mal estruturados; dependendo da floresta para tirar seus nutrientes pela sua biomassa, as florestas amenizam as cargas das chuvas que iriam cair diretamente no solo, dessa forma, mudanças nessa lógica sistêmica trarão prejuízos irremediáveis para a vida Amazônica (LOUREIRO, 2002).

A floresta, não pode ser pensada como um entrave para o “desenvolvimento”, todavia, ela abre margens para um envolvimento socioeconômico mais incluyente que precisa ser posto em debate dentro da academia, no campo político e na sociedade como um todo, mas para saber qualificar a floresta em pé, é necessário repensar sobre nossas atitudes perante o meio ambiente, mais ainda, é importante discutir sobre os moldes de nossa economia que presa o (des)envolvimento, precisa-se então refletir que práticas viáveis para uma economia local autossustentada (CAVALCANTI, 2010).

Consequente, no total da área de floresta no Brasil apenas 15% são áreas de unidades de conservação, com uso sustentável de recursos naturais, que contribuem para um envolvimento econômico e social, com recursos superiores à sua criação e gestão. As unidades de conservação movimentam e representam valores econômicos entre R\$ 67 e 76 bilhões anuais, promovendo mais de 300 mil ocupações de trabalho formais e informais. O ICMBIO (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade) é uma instituição que faz a gestão dessas áreas, sua atuação é inegavelmente importante para a manutenção dessas áreas, porém, precisa ser muito mais valorizado, assim como, em novas criações de unidades, sustentadas por práticas baseadas na economia solidária (FUNDAJ, 2019).

Nas unidades de conservação são desenvolvidos vários projetos de base comunitária, promovendo o turismo, viabilizando o lazer e conhecimento, produção, colheita e venda de hortas, mel, legumes, remédios fitoterápicos, essências da floresta e pesca de peixes, biojoias, biocouro, artesanato, manejo florestal sustentável, doces e outros alimentos, gerando assim renda local, regional e nacional (MEDEIROS, 2011).

Para além da temática acima, sobre a necessidade de investir mais na criação de unidades de conservação e em sua gestão. Altieri (2010), faz ponderações sobre a agricultura baseada em monoculturas para exportação, este modelo agrícola precisa ser superado para a própria segurança alimentar, visto seus malefícios para a saúde ambiental e humana, o modelo usa-se agrotóxicos altamente nocivos e uso de grandes áreas de terra para sua produção, a saída deste molde agrícola está em agrossistemas ecológicos (agroecologia), ou seja, em insumos orgânicos, assim como no investimento das pequenas explorações da agricultura tradicional camponesa, numa nova distribuição de terra, pautada nas policulturas sendo as mesmas mais resistentes ao aquecimento global.

Segundo o mesmo autor, os ganhos dos pequenos produtores no sistema de policulturas são:

Em produção total, a exploração agrícola diversificada produz bem mais comida, sobretudo quando se mede em dólares. Nos Estados Unidos as explorações agrícolas pequenas produziam \$15.104 dólares por hectare e um ganho líquido de aproximadamente \$2.902 dólares por hectare. As explorações agrícolas maiores, com uma média de 15.581 hectares, produziram \$249 dólares por hectare e um líquido aproximado de \$52 dólares por hectare. As pequenas e médias explorações não só mostraram produções mais altas que a dos agricultores convencionais, mas o fazem com um impacto negativo ao meio ambiente muito inferior (ALTIERI, 2010, P. 25-26).

No aspecto de geração de energia na Amazônia, ainda como alicerce a construção de hidrelétricas, provocando grandes impactos socioambientais, é importante reavaliar todo o projeto energético não apenas na região Amazônica, mas no Brasil, colocando em pauta o uso de energias renováveis de fato, tal como o uso de energia solar descentralizada, isto é, cada residência gera sua própria energia através das placas solares, gerando economia financeira e melhoria para o meio ambiente, como visto em ações na bacia do rio Tapajós no estado do Pará (PORTELA; SANTOS, 2019).

O aproveitamento dos igarapés, rios e lagos naturais para a criação de peixes (piscicultura), numa gestão sustentável com base na economia solidária entre pescadores artesanais, a aplicação da criação seria em respeito o período de procriação de espécies naturais, em controle a pesca predatória é um exemplo mais sustentável como estratégia de pesca, em áreas com potencialidade, mas no uso equilibrado (SIQUEIRA, 2017).

O ecoturismo é a forma de prevalecer as belezas naturais e culturais da Amazônia, principalmente ele de base comunitária, no conviver entre a natureza e nas relações sociais, é uma fonte de renda alternativa, que exalta a natureza e a cultura local, com poucos impactos, mas que introduz renda regional. O ecoturismo, vai desde observações até contatos íntimos e harmoniosos, aproveitando os bosques, florestas, praias e a culinária. No ano de 2017 o turismo injetou US\$ 163 bilhões no Brasil (PERALTA, 2017).

No cenário econômico montado pelo Instituto Escolhas (2019), válido para um contexto da Amazônia de modo mais geral, na promoção de envolver o estado do Amazonas num arquétipo baseado na diversificação econômica com 4 eixos de oportunidades, tal qual: (1) Bioeconomia; (2) Polo de economia da transformação digital; (3) Ecoturismo; (4) Piscicultura. Os pontos dessa forma de envolver o estado trariam um total de R\$5,97 bi anual e cerca de 206.525 mil novos empregos no modo mais sustentável em respeito à natureza.

Conclusões

A partir das exposições acima, é sabido que mesmo na pandemia, o modo de destruição na Amazônia não foi comprometido, por contrário, foi intensificado usando de modo sorrateiro as más notícias de saúde pública para encobrir a devastação no bioma. Também, é importante frisar a busca frenética pelo (des)envolvimento a qualquer custo, não somente pelos governos anteriores e atuais, ou empresários, mas pelo crescimento econômico global, numa ideologia articulada. É necessário conhecer a história para envolver, mesmo sendo uma trajetória de perdas e danos, toda e qualquer ação deve partir de uma problemática, de ações insustentáveis no âmbito amazônico.

Ressalta-se o discurso em que as formas de trabalhos neste contexto, são necessárias para (des)envolver, seja pela produção da soja, pecuária, mineração legal e ilegal entre outros. Entretanto, o que está posto em discussão é que a floresta em pé, não é sinônimo de atraso, possuindo formas de manusear os recursos da natureza saindo da lógica capitalista, em práticas socialmente não excludentes, como a economia solidária, seja em comunidades tradicionais ou nas cidades amazônicas, nesta relação de cooperação, não de antagonismo, para a construção de convivências saudáveis que geram renda, dissociada de crescimento individual, sim coletivo.

Para tal processo é preciso pensar também de forma pedagógica, ou seja, no campo educacional, num modelo de educação democrática em vários territórios (urbano e tradicional) com viés crítico e ecológico, usando o conhecimento produzido na Amazônia para os Amazônidas, num intercâmbio científico entre universidades e entre países, o mesmo é válido entre os diferentes saberes, um técnico e o outro tácito, porém ambos válidos na procura de envolver a Amazônia. O campo político não deve andar deslocado com a ciência, sim procurar formas de mais investimentos e envolvimento.

Sendo a Amazônia multivariada socioculturalmente, ela busca novas formas de pensar e agir perante o ambiente se pautando nas relações do passado, antes da colonização, em conviver com a Mãe Terra (planeta), num bem viver amazônica, na busca de práticas de preservação autossustentada, que garanta alimento, não somente para o presente, sim, para o futuro, no agir em consonância aos conhecimentos tradicionais.

O debate sobre uma nova economia na Amazônia surge no sentido de amazonizar, ou seja, de servir como modelo para a sustentabilidade da vida humana. Visto que pensar no mundo pós-pandemia é aspirar coisas positivas, visto os dolorosos processos que se passou, o que está em voga é como ser propositivo para a reconstrução para um mundo melhor, começando pelo grande bioma Amazônia.

Agradecimentos

Ao Movimento Tapajós Vivo – MTV, ao qual faço parte, e ao Programa de Pós-graduação em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida – PPGSAQ na Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA.

Referências

ACOSTA, A. El buen (con)vivir, una utopía por (re)construir: alcances de la constitución de Montecristi. **Otra Economía**, Buenos Aires, v. IV, n. 6, p. 8-31, 2010.

ADAMI, A.O. **Exportações do agronegócio brasileiro em meio à pandemia do coronavírus**. CEPEA/ESALQ, 2020. Disponível em: < <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/opiniao-cepea/exportacoes-do-agronegocio-brasileiro-em-meio-a-pandemia-do-coronavirus.aspx>>. Acesso em: 29 de mai. 2020.

ARKONADA, K. Descolonização e Viver Bem são intrinsecamente ligados. **IHU On-Line**, ed. 340, p. 10-13, 2010. Disponível em: < <http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/3439-katu-arkonada-1>>. Acesso em: 27 de mai. 2020.

ARAGÓN, L.E. Desenvolvimento amazônico em questão. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 107, p. 04-16, 2015.

ALTIERI, M.A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Rev. NERA**, v. 13, n 16, p. 22-32, 2010.

BRASIL, F.S; BRASIL, M.S. Economia Solidária, bem viver e decrescimento: primeiras aproximações. **Emancipação**, v. 13, p. 93-104, 2013.

BECKER, B. K. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 53, p. 71-86, 2005.

BECKER, B.K. Cenários de curto prazo para o desenvolvimento da Amazônia. **Cadernos NADIAM**, Brasília, MMA, 1999.

CANTÚ-MARTÍNEZ, P.C. Qualité de vie soutenable: vers une nouvelle citoyenneté. **Ambiente y Desarrollo**, v. 19, n. 37, p. 09-21, 2015.

CASTRO, E. Mudanças no estuário amazônico pela ação antrópica e gerenciamento ambiental. Projeto MEGAM. In: ARAGÓN, L. **Conservação e desenvolvimento nos estuários e litoral amazônicos**. Belém: UFPA/NAEA, p. 125-146, 2003.

CAVALCANTI, C. Concepções da economia ecológica: suas relações com a economia dominante e a economia ambiental. **Estudos Avançados**, v.24, n. 68, 2010.

CALEGARE, M.G.A.; HIGUCHI, M.I.G.; BRUNO, A.C.S. Povos e comunidades tradicionais: das áreas protegidas à visibilidade política de grupos sociais portadores de identidade étnica e coletiva¹. **Ambient. soc.**, São Paulo , v. 17, n. 3, p. 115-134, Sept. 2014 .

Revbea, São Paulo, V. 15, Nº 4: 110-127, 2020.

CHAVES, D.F.; PINTO, I.M.J. Economia solidária como alternativa de desenvolvimento regional. **T&C Amazônia**, v. 5, n. 10, 2007.

CONAES - CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDARIA, 3., 2010, Brasília, DF. 'Pelo direito de produzir e viver em cooperação de maneira sustentável'. **Anais eletrônicos...** Brasília: Conselho Nacional de Economia Solidaria, 2010. Disponível em: <
https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Economia_Solidaria_II/caderno_propostas_2_conferencia_economia_solidaria.pdf> Acesso em: 17 mai. 2020.

DIAS, E.; PINTO, F.C.F. Educação e Sociedade. **Ensaio: aval.pol.públ.Educ**, v. 27, n. 104, p. 449-454, 2019 .

DOMINGUES, S.M.; BERMANN, C. O arco de desflorestamento na Amazônia: da pecuária à soja. **Ambiente & Sociedade**, v. 16, n. 2, p. 1-22, 2012.

DOUROJEANNI, M.J. Medio siglo de desarrollo en la Amazonia: ¿existen esperanzas para su desarrollo sustentable?. **Estudos Avançados**, v. 12, n. 34, p. 187-218, 1998.

FACHIN, P. **Mineração ilegal é mais um ataque aos direitos humanos dos povos amazônicos**. UNISINOS, 2019. Disponível em: <
<http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/590326-mineracao-ilegal-e-mais-um-ataque-aos-direitos-humanos-de-povos-amazonicos-entrevista-especial-com-julia-jacomini>> . Acesso em: 05 jun. 2020.

FALLET, J. **Como a 'MP da grilagem' pode mudar o mapa de regiões da Amazônia**, BBC, 2020. Disponível em: < <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51071810>>. Acesso em: 01 jun. 2020.

FERRARI, A.; CUNHA, A.M. **A pandemia de Covid-19 e o isolamento social: saúde versus economia**. UFGS, 2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/coronavirus/base/artigo-a-pandemia-de-covid-19-e-o-isolamento-social-saude-versus-economia/>>. Acesso em: 01 jun. 2020.

FILHO, C.P. "Acumulação primitiva" e avanço do capital na Amazônia: uma perspectiva marxista sobre a devastação ambiental causada pela "febre do ouro" às margens da rodovia interoceânica em Madre de Deus. **Estudos internacionais**, v. 5, n. 3, p. 52-72, 2017.

FUNDAJ – Fundação Joaquim Nabuco. **Valor e Importância das Unidades de Conservação e do ICMBio**, 2019. Disponível em: <
<https://www.fundaj.gov.br/index.php/educacao-contextualizada/9354-valor-e-importancia-das-unidades-de-conservacao-e-do-icmbio>> . Acesso em: 05 jun. 2020.

GARCIA, E. Decrescimento e bem viver: algumas linhas para um debate adequado. *In*: LÉNA, P.; NASCIMENTO, E.P. (Org.). **Enfrentando os limites do crescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

GÁMEZ, L. **A dupla ameaça para os povos da Amazônia.** El País, 2020. Disponível em: < https://brasil.elpais.com/planeta_futuro/2020-04-23/a-dupla-ameaca-para-os-povos-da-amazonia.html >. Acesso em: 27 mai. 2020.

IPAM. **Desmatamento em terras públicas explode e pode alimentar estação de fogo.** Disponível em: < <https://ipam.org.br/desmatamento-em-terras-publicas-na-amazonia-explode-e-pode-alimentar-estacao-de-fogo/>>. Acesso em: 01 jun. 2020.

LEFF, E. **Aventuras da epistemologia ambiental:** da articulação das ciências ao diálogo de saberes. São Paulo: Cortez, 2012.

LIRA, S.R.B.; SILVA, M.L.M.; PINTO, R.S. Desigualdade e heterogeneidade no desenvolvimento da Amazônia no século XXI. **Nova Economia**, v. 19, n. 1, p. 153-184, 2009.

LOUREIRO, V.R. Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re)construir. **Estudos Avançados**, v. 16, n. 45, p. 107-121, 2002.

MARQUES, L. **A pandemia incide no ano mais importante da história da humanidade. Serão as próximas zoonoses gestadas no Brasil?.** UNICAMP, 2020. Disponível em: < <https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2020/05/05/pandemia-incide-no-ano-mais-importante-da-historia-da-humanidade-serao-proximas> > . Acesso em: 02 jun 2020.

MEDEIROS, R. *et al.*, **Contribuição das unidades de conservação brasileiras para a economia nacional.** Brasília: UNEP-WCMC, 2011.

MERINO, S. A desmistificação do desenvolvimento e as lições do Sumak Kawsay. **IHU On-Line**, São Leopoldo, 18 jan. 2013.

MELLO, A.F. **Para construir uma universidade na Amazônia:** realidade e utopia. Belém: UFPA, 2007.

NOBRE, C.A. **Fundamentos científicos das mudanças climáticas** / Carlos A. Nobre, Julia Reid, Ana Paula Soares Veiga. – São José dos Campos, SP: Rede Clima/INPE, 2012.

NEVES, V. Economia e interdisciplinaridade: porque é que a economia não pode ser deixada apenas aos economistas?. **Interdisciplinaridade e Universidade**, 2016.

OLIVEIRA, G.B. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Rev. FAE**, v.5, n.2, p.37-48, 2002.

PERALTA, M. Ecoturismo de base comunitária na Amazônia: uma análise comparativa. **Observatório de inovação do Turismo**, v. 7, n. 1, p. 01-16, 2012.

PORTO-GONÇALVES, C.W. Geografia da violência no campo brasileiro: O que dizem os dados de 2003. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 75, p.138-169, 2006.

Revbea, São Paulo, V. 15, Nº 4: 110-127, 2020.

POCHMANN, M. Educação e Trabalho: como desenvolver uma relação vistuosa? . **Educação & Sociedade**, v. 25, p. 383-400, 2004.

PORTELA, L.J.P.; SANTOS, J.V. Do Sol à Amazônia: uma reflexão sobre hidrelétricas e análise das práticas de energia solar no Rio Tapajós. **Homa Publica - Revista Internacional de Direitos Humanos e Empresas**, v. 4, n. 1, p. e:058, 30 jan. 2020.

RAUBER, I. **Bolívia: uma opção civilizatória conrostro indígena**. 2010. Disponível em: <<http://isabelrauber.blogspot.com/2010/08/bolivia-una-opcion-civilizatoriacon.html>>. Acesso em: 29 mai. 2020.

RODRÍGUEZ ACHUNG, F. De cara al desarrollo sostenible de la Amazonía peruana: la zonificación ecológica y económica como base para el ordenamiento territorial. In: ARAGÓN, L.E. (org.), **População e meio ambiente na Pan-Amazônia**. Belém: NAEA/UFGPA, p. 73- 102, 2007.

SANTOS, B. S. **Moçambique: a maldição da abundância?**. Visão, 2012. Disponível em:<http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Mo%C3%A7ambique%20Maldi%C3%A7%C3%A3o%20da%20Abund%C3%A2ncia_26July12.pdf>. Acesso em: 02 jun.n 2020.

SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. **Amazônia: desafio nacional**. Cadernos SBPC, 28, 2007. Disponível em: <http://www.sbpnet.org.br/site/publicacoes/outras-publicacoes/caderno_digital/caderno_28.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2020.

SCORSIN, A. P. Animais silvestres em cidades, canais cristalinos e ar límpido: confira o impacto do isolamento social na natureza. **EcoDebate**, 2020. Disponível em :< <https://www.ecodebate.com.br/2020/04/01/animais-silvestres-em-cidades-canais-cristalinos-e-ar-limpido-confira-o-impacto-do-isolamento-social-na-natureza/%3E>. Acesso em: 28 mai. 2020.

SINGER, P. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. **Estudos Avançados**, v. 18, n. 51, p. 07-22, 2004.

SIQUEIRA, T. V. Aquicultura: a nova fronteira para aumentar a produção mundial de alimentos de forma sustentável. **Ipea**, v. 17, p. 54-60, 2017.

Instituto Escolhas. **Uma nova economia para o Amazonas: Zona Franca de Manaus e Bioeconomia**. 2019. Disponível em: < <http://www.escolhas.org/wp-content/uploads/2019/10/Uma-nova-economia-para-o-amazonas.pdf>>. Acesso em: 04 jun. 2020.

VASCONCELOS, E.R.; FREITAS, N.M.S. amazônia, entre um olhar científico e um olhar amazônica: pistas para um processo educativo que inicia com as preocupações locais. **Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient**, v. 29, 2012.

WANDERLEY, L.J. Movimentos sociais em área de mineração na Amazônia Brasileira. **e-cadernos CES**, v. 17, 2012.